

SOUZA, José de Dourado. *Entre lutas, “porangas” e letras: (re)colocações do Projeto Seringueiro (Xapuri/Acre – 1981/1990)*. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2011.

NOTA DE LEITURA

Desenvolvido numa perspectiva histórica, por meio de técnicas qualitativas de coleta de dados, o estudo reconstitui parte da história do Projeto Seringueiro, iniciativa realizada por entidades civis na Amazônia Sul-Occidental entre os anos de 1981 e 2007 que visava, entre outros aspectos, fortalecer a cooperação entre seringueiros e construir práticas nas áreas de educação e saúde voltadas às necessidades das comunidades locais.

O autor analisa especificamente as ações educacionais da primeira fase do projeto, implementadas em Xapuri/Acre entre os anos de 1981 e 1990, período marcado por lutas violentas pela posse da terra entre trabalhadores e proprietários, pela emergência do sindicalismo rural e dos movimentos sociais organizados, ações não necessariamente dissociadas.

As análises dividem-se em cinco capítulos. No primeiro o autor procura evidenciar a conjuntura histórica em que o Projeto Seringueiro foi proposto, destacando aspectos da ocupação do território acriano e os diferentes momentos da exploração do trabalhador.

No segundo capítulo, a consolidação dos movimentos sociais no Acre é o foco da discussão. O autor argumenta que a ideia de educação dos seringueiros surge como demanda de dois movimentos diferenciados, mas articulados: o movimento ambientalista e o movimento de luta pela terra. Nesse contexto,

a educação assumiu um caráter essencial na organização dos trabalhadores com o propósito de que estes tomassem consciência das opressões sofridas, sendo encarada como condição indispensável para preparar as pessoas para a luta imediata pela garantia de seus direitos. As primeiras ações educativas foram realizadas para a alfabetização e formação política dos trabalhadores e foram coordenadas por duas ONGs: o Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia (CEDOP) e o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA). Os pressupostos dessa proposição estavam assentados nas ideais da Teologia da Libertação e nas concepções de Paulo Freire, que relacionavam educação e transformação social.

No terceiro capítulo, o leitor encontra uma retrospectiva da história da educação formal no Acre, marcada pela ausência de políticas públicas efetivas voltadas à educação dos seringueiros, e uma síntese dos processos educacionais desenvolvidos junto aos trabalhadores no Projeto Seringueiro, que preencheu as lacunas deixadas pelo Estado, configurando-se como uma “educação alternativa” (p.104). Ao Projeto se integraram não apenas sindicalistas, como Chico Mendes, por exemplo, mas também professores, membros da igreja católica e membros da política partidária, caso de Arnóbio Marques de Almeida Junior (Binho Marques) que dirigiu o Projeto em 1986 e tornou-se, posteriormente, Secretário de Educação e Governador do Acre.

O quarto capítulo traz apontamentos a respeito da arquitetura das escolas do Projeto Seringueiro e sobre a atuação de professores e alunos. A construção dessas escolas partia dos anseios das comunidades, que sugeriam o local e auxiliavam no processo de edificação por meio de mutirões. As construções podem ser classificadas em três tipos: (i) construções improvisadas com material rústico e natural, sem qualquer beneficiamento, conhecidas como *ESCOLAS PIONEIRAS*; (ii) escolas construídas para substituir as primeiras, que eram feitas de madeira e cobertas de palha, materiais semi-beneficiados; (iii) escolas de alvenaria, seguiam os padrões técnicos da Fundação de Ciência e Tecnologia do Acre, mas mantinham vários elementos do modelo anterior, sempre respeitando as premissas do Projeto Seringueiro.

Do ponto de vista da organização escolar, as classes eram multisseriadas, o objetivo era alfabetizar a todos, incorporando valores dos povos da floresta. Os professores eram tanto seringueiros alfabetizados quanto profissionais com formação específica. A partir de 1983, todos os professores passaram a ser do próprio seringal e indicados pela comunidade; sua formação se dava

através do próprio Projeto. O material didático mais utilizado era a Cartilha Poranga, que seguia as propostas de educação popular de Paulo Freire.

No quinto e último capítulo, são analisadas as relações dos sujeitos envolvidos no Projeto no período: os seringueiros, suas famílias, as comunidades, o sindicato dos trabalhadores rurais, intelectuais, jornalistas, partidos políticos, movimento estudantil, etc. Essas relações foram marcadas por convergências e divergências entre os diferentes atores do Projeto.

A principal contribuição desse estudo é a reconstrução dos meandros sócio-históricos e das relações sociais que permitiram a elaboração de um projeto de educação popular em que seringueiros não apenas foram receptores de propostas educativas formuladas por terceiros, mas em que esses foram sujeitos e proponentes de um projeto emancipacionista em que a educação se configurou como um dos principais meios de articulação social e mobilização política.